

APRE(E)NDENDO A PSICOLOGIA: UMA ANÁLISE CURRICULAR A PARTIR DAS RELAÇÕES SABER-PODER E PODER-SABER

Isaac Alencar Pinto¹ – isaacalencar@gmail.com

Segundo Foucault (2002), *saber é poder*. Ambos estão correlacionados e onde encontramos um, também encontramos o outro. De acordo com Machado (2006), o *poder* se exerce através do *saber* e o *saber* se exerce através do *poder* e ambos são exercidos a partir de práticas disciplinares, as quais objetivam o controle dos homens, dentre as quais destacamos o *currículum*.

O *currículum* pode ser compreendido, então, a partir de duas perspectivas que não se excluem, mas que se apóiam: *poder-saber* e *saber-poder*. É na medida em que o *currículum* institui aquilo que pode ser aprendido que ele também institui *poder*: o sujeito pode *saber* apenas aquilo que lhe é permitido. E, na medida que institui o que é permitido, é que o *currículum* institui o *saber*: aquilo que é permitido também pode ser sabido pelo sujeito. Perguntamos, então, como é que estão articulados *saber* e *poder* a partir do *currículum* utilizado no curso de Psicologia da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)?

Desta forma, estabelecemos, enquanto objetivo geral, analisar as relações de *poder-saber* e *saber-poder*, no âmbito da Academia. E, enquanto objetivos específicos, analisar a forma como *saber* e *poder* se articulam no *currículum* utilizado pelo Departamento de Psicologia da Universidade Estadual da Paraíba; e comparar, a partir das relações de *poder-saber*, os *curricula* fundacional do Curso e atual utilizados no Curso de Psicologia desta mesma Universidade.

Para tanto, devemos nos voltar, inicialmente, para a década de 1960, quando é criado o referido Curso. É nesse período, mais precisamente no ano de 1962, que a Psicologia é instituída enquanto profissão, através da criação de cursos que visavam à formação de psicólogos (PESSOTTI, 1988). Porém, nessa mesma década, a ditadura militar exercer a repressão e o controle da Academia.

Esta repressão origina uma dualidade marcada, no âmbito da Psicologia, por uma Psicologia de cunho revolucionário, tal como apontada pela Psicologia Sócio-Histórica baseada no pensamento marxista, de um lado; e de outro lado, encontramos uma Psicologia de cunho adaptacionista, a qual não problematiza a realidade e compreende que seu dever é normativizar os sujeitos na sociedade.

É nesse contexto que foi criado o Curso de Psicologia da Universidade Estadual da Paraíba, antiga Universidade Regional do Nordeste, em 1977². Neste período, o curso de Psicologia estava vinculado ao Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA), através do Departamento de Filosofia e Ciências Sociais, e o *currículum* utilizado era

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Psicologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

² A análise do currículo-fundador do Curso de Psicologia da URNe(1977) se encontra prejudicada, uma vez que não foi localizado o ementário das disciplinas constituintes daquele *currículum*, tendo-se em mente que o *corpus* teórico de uma dada disciplina somente se permite perceber através de sua ementa e não apenas através de seu título ou denominação. Vale ressaltar, porém, que a ausência do ementário também aponta para as relações de *saber-poder*, pois tal fato revela aquilo que, no âmbito do saber, deve ser preservado e/ou esquecido, incidindo, dessa forma, no âmbito do poder e na construção histórica da instituição.

composto por disciplinas do *currículum mínimo*, *disciplinas complementares obrigatórias* e *disciplinas complementares optativas* (URNe, 1977). Assim, e tendo em vista os objetivos desse trabalho, podemos questionar: quais as relações existentes entre *saber* e *poder* no *currículum* fundacional utilizado pelo Curso em questão?

Uma primeira observação diz da Medicina enquanto uma das matrizes históricas do pensamento em Psicologia, corroborando na criação de duas ênfases encontradas no *currículum* de 1977: a ênfase nos aspectos biológicos da Psicologia e a ênfase na Psicologia clínica.

No tocante ao aspecto biologicista, encontramos as seguintes disciplinas que exemplificam tal ênfase: Elementos de Psicossomática; Fisiologia I e II; Psicologia Evolutiva I e II; Biologia; e Biologia Educacional.

Já como exemplo de disciplinas que caracterizavam a ênfase na Psicologia clínica, encontramos as disciplinas de Psicologia Geral I, II, III e IV; Psicologia da Personalidade I e II; e Teorias da Personalidade I e II.

Encontramos uma presença marcante de disciplinas que orientavam a composição curricular para a escola psicanalítica, tais como Psicopatologia Geral I e II; Psicopatologia Infante-Juvenil; e Elementos de Psicossomática.

Ainda no tocante ao *currículum* inicial do curso, encontramos uma aparente contradição: apesar do curso estar vinculado ao CCHLA e submetido ao Departamento de Filosofia e Ciências Sociais, praticamente inexitem disciplinas que versem sobre as temáticas das ciências sociais. Desta forma, como consequência deste fato, encontramos um *currículum* caracterizado pelo conteúdo adaptacionista, visto que não problematizava a realidade social brasileira. Esta característica adaptacionista pode ser exemplificada pelas disciplinas: Psicologia Experimental I e II; Estatística I e II; Metodologia Científica; e Técnica de Exame Psicológico I, II, III e IV.

Mas, o que possibilitou o surgimento deste *currículum* em detrimento de outros? De que forma a conjuntura sócio-histórica nacional está relacionada ao *currículum* utilizado em 1977?

Faz-se necessário, para compreendermos a questão exposta acima, um breve retrospecto histórico da educação brasileira, através de um recorte do período compreendido entre as décadas de 1960 e 1970. Nesse momento, a sociedade política invade a sociedade civil através do controle dos aparelhos ideológicos repressivos do Estado, em espaços como os meios de comunicação de massa e a educação, por exemplo.

O sistema educacional é reformulado e a escola assume explicitamente a função de controle social, uma vez que, através de reformas educacionais consideradas conservadoras, é “ensinada”, aos cidadãos, a aceitação do novo modelo ideológico-político dominante (PATTO, 1987).

Nesse sentido, a Psicologia também não escapou à repressão instituída pela ditadura militar. Podemos compreender, então, os motivos que possibilitaram a implantação de *currícula* de Psicologia com ênfases em aspectos que não questionavam a realidade social.

Tendo em vista o contexto em que foi criado, podemos analisar mais detalhadamente o *currículum* fundacional do curso de Psicologia da URNe.

Inicialmente, um aspecto marcante é a ênfase no que denomino de eixo clínico-biológico-adaptacionista. A Psicologia promovida através do *currículum* daquela época seria marcada por três características principais: a ênfase na clínica (e, mais

especificamente, na clínica psicanalítica), nos aspectos biológicos enquanto forma de compreender o homem, e no conteúdo adaptacionista, expresso através do não-questionamento da realidade brasileira.

A ênfase na clínica ocorre em detrimento de outras áreas da Psicologia, tal como a Psicologia social, que, à época enfrentava uma crise paradigmática, tal como apontado por Lane (1995). A clínica também se apresentava como a melhor solução para se evitar um confronto com as forças repressoras do Estado: como construir um curso de Psicologia questionador da realidade e promovedor de mudanças sociais numa época marcada pela perseguição e pela violência contra aqueles que pensavam diferentemente da ordem instituída? Assim, a clínica apareceu enquanto via para a implantação dos cursos de Psicologia no Brasil a partir, principalmente, de duas escolas: a escola comportamentalista e a psicanalítica.

A escola comportamentalista foi privilegiada durante esse período por possuir, entre seus objetivos, o de tentar promover o controle e a previsão do comportamento humano, indo ao encontro dos ideais do regime militar.

Já a escola psicanalista aparece, aqui, enquanto resposta para a produção de uma cultura psicológica no Brasil, acarretada a partir da rápida modernização ocorrida durante a década de 1950. Neste sentido, a psicanálise, por possuir um discurso individualista, centrado na noção de “indivíduo”, acreditando, também, na incompatibilidade entre a vida pública e privada, vem a se consolidar por possuir os ideais estabelecidos pelas classes médias e altas urbanas (DIMENSTEIN, 1998). A psicanálise também aparece enquanto elemento de controle e manutenção da ordem social vigente, visto que sua problemática se centrava na perspectiva individual, e não social, na medida em que isto poderia questionar a realidade brasileira.

E, contribuindo para a criação dessa formação adaptacionista, temos a ênfase na biologia, a qual se apresentava enquanto forma de responsabilização individual pelo fracasso ou sucesso do indivíduo. Aqui, a principal idéia veiculada era a de que as diferenças apresentadas pelos indivíduos não eram remetidas a questões sociais, mas sim a características e aptidões biologicamente determinadas.

Assim, enquanto característica geral do *currículo* utilizado no curso de Psicologia da UEPB em 1977, encontramos o eixo clínico-biológico-adaptacionista como norteador de sua construção, a partir da ênfase na clínica comportamentalista ou psicanalítica e no determinismo biológico, sendo caracterizado pelo seu conteúdo adaptacionista.

É apenas em 1995 que é constituída uma comissão que possuía como objetivo a elaboração de uma nova proposta curricular. No novo *currículo*, aprovado em 1998, o curso promovia a habilitação em quatro áreas básicas de formação (Clínica, Educacional, Organizacional e Social), tendo em vista os conteúdos considerados *básicos* (correspondente ao currículo mínimo proposto pela lei nº 4.119/62), as *atividades complementares* (relacionadas à integração prática e teórica, além da aplicação prática) e *conteúdos eletivos* (que viabilizam a flexibilidade curricular).

Antes de analisarmos o atual *currículo* utilizado pelo curso de Psicologia da UEPB, vale destacar a mudança, ocorrida em 1983, na área de concentração do conhecimento na qual, na estrutura acadêmica da UEPB, situa-se a Psicologia. Por conta da Resolução/URNe/CONSUNI/CONSEPE/004/83, a qual extinguiu o Departamento de Filosofia e Psicologia, foi criado o Departamento de Psicologia, vinculado ao Centro de

Ciências Biológicas e da Saúde (URNe, 1983). Com isso, o que observamos é um deslocamento do Curso de Psicologia: antes próxima às ciências sociais, ainda que seu *curriculum* se distanciasse dessas ciências e, agora, inserida no Campus de Saúde da Universidade.

Ao nos depararmos com o *curriculum* instituído em 1998, podemos perceber a relação ou, utilizando uma expressão deleuziana, a ligação *rizomática* estabelecida entre o *curriculum* inicial e o utilizado contemporaneamente.

Encontramos a ênfase na clínica (psicanalítica) exemplificada através de disciplinas como Genealogia da Subjetivação Psicológica, Psicoterapias e Bases da Psicologia Clínica.

No tocante aos processos adaptativos, encontramos as seguintes disciplinas: Psicometria e Psicodiagnóstico, e Metodologia Científica. Já no que concerne à ênfase no determinismo biológico, encontramos disciplinas como Psicogenética e Psicossomática.

Ocorre, porém, que encontramos, neste mesmo *curriculum*, o surgimento de algumas diferenciações em relação ao *curriculum* inicial: ocorre uma maior abertura para as temáticas relacionadas à educação. Enquanto expressão desta abertura encontramos as seguintes disciplinas: Psicologia, Desenvolvimento e Aprendizagem; Filosofia, Sociologia e Educação; Prática Pedagógica I; Processo Didático: Planejamento e Avaliação; e Psicologia e Educação.

Surgem novas disciplinas, decorrentes de novas demandas para a Psicologia, como Tanatologia; Psicologia e Família; e Orientação Sexual.

Outro aspecto a ser observado é a introdução de disciplinas que permitiriam uma maior aproximação entre universidade e sociedade, tais como Extensão I e II; Pesquisa e Procedimentos Estatísticos I e II; e Práticas Comunitárias e Institucionais.

Encontramos, também, uma maior discussão em torno de aspectos filosóficos e sociológicos através de disciplinas como Introdução à Sociologia; Introdução à Filosofia; Introdução à Antropologia; e Organização do Trabalho na Escola e Currículo.

Assim, para compreendermos quais possibilidades ocasionaram o surgimento do atual *curriculum* do curso de Psicologia, devemos nos questionar, tal como fizemos com o *curriculum* de 1977, sobre o contexto sócio-histórico de sua construção.

Inicialmente, uma característica que podemos apontar, no plano político, é a abertura democrática ocasionada pelo fim do regime militar no Brasil, em 1989. Já no plano econômico, o que encontramos, junto à abertura democrática, é a abertura ao neoliberalismo.

O *curriculum*, utilizado na atualidade pelo curso de Psicologia da UEPB, parece dar suporte às principais idéias neoliberais, através do surgimento de temáticas curriculares relacionadas à escola.

Nesta medida, encontramos as práticas que Tomas Tadeu da Silva (1999) denomina de *pedagogias psi*, que são, na verdade, o que se compreende de maneira geral pela pedagogia construtivista. Estas pedagogias, amplamente utilizadas atualmente, parecem ir de encontro ao pensamento neoliberal de individualização, enquanto estratégias de governamentalidade, visto que primam pela autonomia e liberdade do sujeito.

É devido a essas possibilidades de inserção da Psicologia na escola que ocorre uma maior expressão da Psicologia escolar no *curriculum* construído em 1998. Nesse sentido, o discurso psicológico é utilizado enquanto estratégia de governamentalidade e se coaduna

com o discurso neoliberal em sua ênfase no individualismo e na responsabilização do sujeito.

Também vinculados à questão da governamentalidade estão as novas demandas colocadas à Psicologia através das disciplinas Tanatologia, Psicologia e Família e Orientação Sexual.

Encontramos o discurso sobre a morte, família e sexualidade como discursos que promovem o governo do eu, visto que delimitam ao sujeito suas formas de ser, viver, enfim, se expressar no mundo, delimitando, inclusive, aquilo que é da ordem do normal ou do patológico. Em outras palavras, existe uma normatização da sociedade a partir desses espaços, promovido pelo discurso psicológico construído no *currículum* de 1998.

Se antes estas temáticas pareciam desnecessárias ao discurso psicológico, a partir da idéia de governamentalidade, tal como apontada por Foucault, surgem como forma *de e para* o controle da subjetividade dos indivíduos a partir desses espaços.

No tocante à introdução das disciplinas Extensão I e II; Pesquisa e Procedimentos Estatísticos I e II; e Práticas Comunitárias e Institucionais, existiria, quiçá, uma tentativa de aproximação entre universidade e sociedade. Mas, tal como apontado por Foucault (2006), as coisas devem ser analisadas tanto a partir de sua positividade quanto de sua negatividade.

Nesta perspectiva, podemos compreender que tais disciplinas também estabelecem as relações de *saber-poder* a partir, também, da idéia de governamentalidade. Não é à toa, por exemplo, que Foucault (1993) aponta que a introdução da estatística visando o conhecimento da sociedade, também introduz uma forma de controlar a população: ao transformar a população em números, a estatística permitiria um maior controle sobre a sociedade.

Seguindo o mesmo raciocínio, podemos compreender o surgimento de tais disciplinas no *currículum*: a partir da compreensão e apreensão do aluno sobre a sociedade, ocorreria a possibilidade de intervenção naquele na realidade. Ocorre, porém, que a maior compreensão e apreensão também proporciona, tal como já apontado, a maior possibilidade de controle da sociedade por parte dos indivíduos.

Por fim, encontramos mais um aspecto bastante interessante no percurso histórico dos *currícula* do curso de Psicologia da UEPB: em 1977 o curso estava próximo às ciências sociais e humanas, apesar de um distanciamento curricular das questões discutidas nessas ciências; e, em 1998, já no Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, encontramos a inserção de algumas disciplinas que possibilitam a discussão de aspectos filosóficos e sociológicos, através de disciplinas como Introdução à Sociologia; Introdução à Filosofia; Introdução à Antropologia; e Organização do Trabalho na Escola e Currículo.

Estas disciplinas, tidas como questionadoras da realidade, aqui se apresentam de acordo com a perspectiva proposta pelo neoliberalismo e pela governamentalidade. Desse modo, encontramos essas disciplinas enquanto articuladoras do *entre*³ sob o qual o *saber* da

³ Ao utilizamos a expressão *entre*, desejamos remeter à idéia de *dobra*, tal como apresentada por Deleuze (SILVA, 2004). Nesse sentido, a Psicologia seria um exemplo da *dobra* na medida em que ela é constituída a partir de diversas disciplinas, como a Medicina, Sociologia, Antropologia, dentre outras, além das diversas escolas que compõem o seu pensamento, como a psicanálise, gestalt e comportamentalismo.

Psicologia foi construído, visto que estabelecem ligações entre a Psicologia e as ciências humanas.

Assim, por um lado nós encontramos essas disciplinas que proporcionam uma leitura crítica da sociedade; e, por outro lado, essas disciplinas também possuem a característica de estabelecerem as relações de *poder-saber*: o *saber* produzido sobre a sociedade acarreta não só o conhecimento dessa, mas também formas de *poder* que são exercidas sobre a mesma.

Encontramos, então, o *currículum* utilizado em 1998 norteado a partir de três perspectivas principais: o eixo clínico-biológico-adaptacionista, o qual nos remete ao *currículum* utilizado em 1977; a perspectiva neoliberal, apostando, principalmente, na idéia de individualização; e a idéia de governamentalidade, tal como apresentada por Foucault. Vale ressaltar que ambas as perspectivas não se excluem, mas se apóiam mutuamente a partir do *currículum*, possibilitando a existência daquilo que podemos *saber*, como também, no âmbito científico, do que sabemos *poder*.

REFERÊNCIAS

DIMENSTEIN, M. D. B. **O psicólogo nas Unidades Básicas de Saúde: desafios para a formação e atuação profissionais**. Estud. psicol. (Natal), Natal, v. 3, n. 1, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X1998000100004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 24 de Novembro 2007.

FOCAULT, M. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. 11. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1993.

_____. **Microfísica do Poder**. Organização e tradução de Roberto rocha. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2002.

_____. **A Ordem do Discurso**. 13. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

LANE, S. T. M. Avanços da Psicologia Social na América Latina In: LANE, S. T. M.; SAWAIA, Bader B. (Orgs.) **Novas veredas da Psicologia Social**. São Paulo: EDUC e Brasiliense, 1995, p. 67-81.

MACHADO, R. **Foucault, a Ciência e o Saber**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

PATTO, M. H. S. **Psicologia e Ideologia: uma introdução crítica à psicologia escolar**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1987.

PESSOTTI, I. Notas para uma história da Psicologia brasileira. In: Conselho Federal de Psicologia. **Quem é o Psicólogo Brasileiro?** São Paulo: EDICON, 1988, p. 17-31.

SILVA, T. T. As pedagogias psi e o governo do eu nos regimes neoliberais. In: _____. **Liberdades Reguladas: a pedagogia construtivista e outras formas de governo do eu**. São Paulo: 1999, p. 07-13.

SILVA, R. N. **A Dobra Deleuziana: Políticas de Subjetivação**. 2004. Disponível em:
<http://www.utt.beliest/publicacoes/revista_psi_artigos/2004_1_Cop4.pdt>.

URNe, **Resolução/URNe/CONSEPE/026/77**. Campina Grande: Mimeografado, 1977.

URNe, **Resolução/URNe/CONSEPE/004/83**. Campina Grande: Mimeografado, 1983.